

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 15

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alta de impostos estaduais evidencia necessidade de reforma tributária (Editorial)3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Appy confia em tributação sobre consumo4

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad diz que não usará gasto como estímulo5

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

R\$ 111,7 milhões para entidades6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Mais nomes para a Esplanada7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Alta de gasto não é o que vai ajudar a economia agora, diz futuro ministro9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Haddad diz que não aumentará gastos públicos para aquecer a economia11

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Procuradoria eleitoral do Rio pede cassação de Castro por caso Ceperj13

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

IPVA 2023: cobrança começa em março14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Vamos falar sobre o Estado? - CRISTIANO ROMERO17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mesmo subestimada receita não acomoda gasto, dizem analistas18

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

No Meio Ambiente, criação de novo órgão gera impasse19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

PEC da Transição não deveria ser mais do que uma PEC de transição (Artigo)20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Haddad teve participação crescente na discussão da PEC22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

EUA reduzem ritmo de aumento nos juros	24
O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE ECONOMIA	
Estado de SP autoriza aumento de mais de 10% nos pedágios.....	26
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
A derrapagem da economia (Editorial).....	28
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Fed desacelera ritmo da subida dos juros nos EUA.....	29
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
Ataque a Lei das Estatais revela desdém por regras (Editorial).....	30
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Fed reduz ritmo de alta e eleva juros em 0,5 ponto.....	31
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Inflação castiga menos alta e baixa renda, mostra Ipea.....	32
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
STF forma maioria para acordo de ICMS com União.....	33
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
As causas da inflação estão superadas? Entenda (Artigo).....	34
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Protestos podem reduzir PIB do Peru em 0,2 pp neste ano.....	35
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Simpar prevê expansão em 2023 e mira rentabilidade.....	36

Alta de impostos estaduais evidencia necessidade de reforma tributária (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - ON LINE - RJ

Alta de impostos estaduais evidencia necessidade de reforma tributária

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Appy confia em tributação sobre consumo

Marta Watanabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187409?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187409?page=1§ion=1>

Haddad diz que não usará gasto como estímulo

RENAN MONTEIRO renan.monteiro@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

R\$ 111,7 milhões para entidades

'VALORES QUE FICAM'

A Superintendência Regional da **Receita Federal** no Rio Grande do Sul concluiu a apuração das quantias destinadas às entidades sociais na campanha Valores que Ficam. A partir das destinações de pessoas físicas e jurídicas, o valor para os Fundos da Criança e do Adolescente e da Pessoa Idosa do RS alcançou R\$ 111,77 milhões no ano-calendário 2021. Segundo a auditora fiscal Anelise Hackbart Porn, as pessoas jurídicas destinaram R\$ 63,11 milhões. A destinação é feita diretamente aos Fundos, durante o ano, e informada na apuração do Imposto de Renda sobre o lucro (empresas que tributam pelo lucro real). Houve aumento de 21,88% sobre o período anterior.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/index.jsp?serviceCode=login&edicao=10554>

Mais nomes para a Esplanada



Henrique Lessa

Mesmo sem anúncios oficiais de novos ministros pelo presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o desenho da Esplanada para o próximo governo vai se revelando conforme Lula realiza os convites. Fontes próximas ao deputado eleito Luiz Marinho (PT-SP) confirmaram ontem que ele aceitou o convite de Lula para comandar a pasta do Trabalho. Em Brasília, Lula recebeu no hotel onde está hospedado Josué Gomes que teria sido convidado para comandar o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

(Mdic). O empresário é filho de José Alencar, que foi vice-presidente da República nos dois mandatos de Lula.

Diversas fontes apontam o nome de Marinho como certo, Gomes, que atualmente preside a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), não teria ainda respondido ao presidente eleito se aceita o cargo.

Marinho, que foi sindicalista e presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no início do primeiro mandato de Lula em 2003, comandou o Ministério do Trabalho entre 2005 e 2007, quando assumiu o comando do Ministério da **Previdência Social**, até 2008. O Ministério da **Previdência Social**, unificado com o Trabalho, ainda no governo de Michel **Temer**, deve, conforme declarações do presidente eleito, ser recriado para dar à Esplanada um desenho semelhante ao do seu segundo mandato na Presidência da República.

No Trabalho, Marinho deve enfrentar a pressão de setores do PT e do movimento sindical pela revogação da reforma trabalhista, assunto que, ao menos, no grupo técnico do Trabalho no Gabinete da Transição foi apontado como superado, indicando apenas a necessidade de modernização e adequação da legislação em vigor, sem uma revisão ampla da reforma.

Força do PT

Petistas ligados ao ex-ministro acreditam que, como ele teria aceitado o convite do presidente ontem, o anúncio oficial deve ser realizado em breve pela equipe de Lula. Confirmada essa escolha, o PT demonstra força no governo de "frente ampla" que Lula tenta montar. E indica que a legenda pode conseguir barrar a indicação para a pasta do Desenvolvimento Social da senadora Simone Tebet (MDB-MS), a mais cotada até o momento, o que tiraria do PT o controle do cobiçado orçamento do Bolsa Família.

Já o empresário Josué Gomes, que esteve em Brasília na manhã de ontem para acompanhar a cerimônia de posse do Ministro Bruno Dantas na presidência do Tribunal de Contas da União (TCU), vive uma situação de crise na Fiesp, onde sindicatos patronais aliados ao ex-presidente da entidade, Paulo Skaf, buscam a destituição dele da presidência, durante assembleia da entidade agendada para o próximo dia 21.

Mas se a ida de Josué Gomes para o Mdic pode significar uma saída honrosa da crise na entidade das indústrias de São Paulo, esbarra ainda no desafio do empresário comandar pessoalmente o conglomerado da Coteminas, empresa fundada pelo pai falecido em 2011, e que figura hoje como um dos maiores grupos industriais têxteis do mundo.

Mesmo com essas dificuldades, a expectativa de pessoas próximas ao governo é que ele aceite o cargo. Isso é reforçado por Lula ter a família Gomes em alta estima e entender que o empresário teve uma atuação importante na Fiesp, entidade que, sob seu comando, organizou em conjunto com a Federação dos Bancos (Febraban) e a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), o manifesto pelo Estado Democrático de Direito lido no 11 de agosto deste ano, antes do pleito eleitoral.

Confirmada a ida de Gomes para o Mdic, ele será o ministro responsável pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A instituição de fomento será presidida por Aloizio Mercadante, que deve aguardar o futuro ministro para discutir a composição da diretoria do banco. Os nomes de ex-ministros como Nelson Barbosa, que foi titular da Fazenda e Tereza Campello, que comandou o Desenvolvimento Social, já são apontados como escolhas de Mercadante para compor a diretoria com ele.

Alta de gasto não é o que vai ajudar a economia agora, diz futuro ministro

Idiana Tomazelli

O futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta quarta-feira (14) que a expansão dos gastos públicos não é o motor que vai impulsionar o crescimento da economia no atual momento. Segundo ele, um eventual estímulo poderia vir da redução na taxa de juros.

O ex-prefeito de São Paulo disse que um corte dos juros, no entanto, vai depender de uma reestruturação do passivo de despesas deixado pelo governo Jair Bolsonaro (PL) e de uma sinalização de compromisso da nova administração com a sustentabilidade fiscal do país.

A fala de Haddad contrasta com os planos do governo eleito, que tem sido criticado por economistas por pleitear uma expansão de R\$ 168 bilhões nos gastos por um prazo de dois anos, para suprir áreas que tiveram cortes drásticos de recursos e garantir a continuidade do benefício mínimo de R\$ 600 do Bolsa Família.

Já o mercado financeiro entende que a fatura é excessiva e pode pressionar a **inflação**, obrigando o Banco Central a manter a taxa básica de juros, a Selic, elevada por mais tempo. Hoje ela está em 13,75% ao ano, e o próprio BC tem feito alertas sobre o impacto de uma expansão exagerada dos gastos públicos sobre a alta de preços.

"Não estamos num momento em que a expansão fiscal vai ajudar a economia. Nós estamos num momento em que estamos pegando uma situação fiscal, estamos assumindo os compromissos herdados. Não vamos desamparar as pessoas que foram vinculadas ao **INSS**, ao Auxílio Brasil, nada disso", disse Haddad em entrevista ao canal GloboNews.

"Se houver espaço para estímulo, seria o monetário. Se a gente souber fazer a transição, tem espaço para uma taxa de juros menor. Você tem que dar segurança para a autoridade monetária", afirmou.

O futuro ministro do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem participado das conversas sobre a PEC (proposta de emenda à Constituição) da Gasto, que autoriza a ampliação dos gastos,

defendeu os valores, contudo

Ele recorre ao argumento de que a ampliação do teto em R\$ 145 bilhões mantém o nível de despesas em relação ao **PIB** (Produto Interno Bruto) já observado em 2022. Os outros R\$ 23 bilhões seriam investimentos fora do teto de gastos.

No entanto, ele buscou sinalizar que pretende "colocar a casa em ordem". As falas ocorreram um dia após ele almoçar nesta terça-feira (13) com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

"Se a gente reestruturar esse passivo, sinalizar a sustentabilidade, você combina as duas políticas [fiscal e monetária], traz essa taxa de juros para um patamar que ela já poderia estar. E quanto mais cedo a gente fizer isso, mais cedo nós vamos colher os frutos da decisão correta", afirmou Haddad.

"Na minha opinião, se isso for bem apresentado, há espaço na política monetária para trazer o crescimento", acrescentou.

Haddad também defendeu a agenda de concessões e PPPs (parcerias público-privadas) para alavancar investimentos, e sinalizou que Gabriel Galípolo, indicado para ser seu número dois no Ministério da Fazenda, terá nessa frente uma missão.

"Eu trouxe ele muito em função disso, para me ajudar a desburocratizar e pensar em uma engenharia financeira moderna", disse. "As concessões e PPPs tendem a entrar na ordem do dia, temos que destravar."

A fala diverge da promessa feita por Lula nesta terça de "acabar com as privatizações".

Na entrevista desta quarta, o futuro ministro indicou ainda que pretende cortar gastos e combater o que ele rotulou de "dinheiro saindo pelos ralos". Ele não detalhou essas iniciativas.

"Tem muito ralo por onde dinheiro está saindo, nós vamos fechar. Vamos avaliar os programas", disse. "Mas eu já tenho um diagnóstico bem avançado das primeiras providências."

Ele também voltou a dizer que pretende enviar logo no

início de 2023 sua proposta de reformulação das regras fiscais, embora a PEC em tramitação no Congresso preveja um prazo até 31 de agosto do ano que vem para a entrega dessa iniciativa.

"Temos que mostrar para todo mundo a sustentabilidade da dívida pública, o respeito aos contratos, a âncora fiscal que nós queremos mandar logo no início do ano", disse.

Haddad manifestou ainda a intenção de convidar economistas para compor uma espécie de conselho consultivo para o Ministério da Fazenda. Entre os nomes com quem ele disse desejar "manter interlocução" estão Persio Arida e André Lara Resende -que atuaram na elaboração do Plano Real e, durante a atual transição, integram o grupo técnico de economia.

"Eu gostaria muito e vou fazer uma espécie de conselho com quem vou me reunir periodicamente", disse. "Eu gosto de ouvir muito. Tenho minhas opiniões, tenho minha maneira de ver a economia, mas você erra menos, e os poucos erros que a política te permite cometer você corrige rápido."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

26

Haddad diz que não aumentará gastos públicos para aquecer a economia

O futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o novo governo não vai usar o aumento de gastos como forma de estimular a economia e que é preciso conciliar o controle das despesas com a "responsabilidade social".

"Não estamos em um momento em que a expansão fiscal vai ajudar a economia. Estamos em um momento em que estamos pegando uma situação fiscal, assumindo um compromisso herdado, não vamos desamparar as pessoas que foram incluídas no **INSS** ou no Auxílio Brasil", disse Haddad, em entrevista ao Estúdio I, da GloboNews.

O governo de transição negocia com o Congresso uma ampliação de R\$ 168 bilhões nos gastos em 2023 com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição.

O ex-prefeito de São Paulo disse que o aumento das despesas no próximo ano é consequência do que chamou de "trem da alegria eleitoral", como o aumento do Auxílio Brasil e a inclusão de novos beneficiários no **INSS**.

Segundo ele, sem o reforço no Orçamento em 2023, o governo Bolsonaro informou que há a necessidade de excluir mais de 2 milhões de pessoas da lista de beneficiados pelo programa social.

Em entrevista anterior, Haddad já tinha se comprometido a buscar "obstinadamente" o ajuste das contas públicas sem penalizar a população. "Não aceitaria o cargo se não fosse para fazer isso", disse. "Temos de compatibilizar responsabilidade fiscal com social. Fizemos isso, sabemos fazer, voltaremos a fazer." Ontem, reforçou que o Ministério da Fazenda deve enviar no começo de 2023 uma nova regra fiscal em substituição ao teto de gastos, a norma aprovada no governo do ex-presidente Michel **Temer** que atrela o crescimento das despesas à **inflação**.

A PEC da Transição prevê o prazo até agosto de 2023 para o governo apresentar uma nova regra fiscal. O texto foi construído para que a revogação do teto de gastos e sua substituição possam ser feitas por lei complementar sem precisar de aprovação de uma nova PEC, o que traria mais custo político a Lula para aprovação de uma nova emenda constitucional.

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Haddad diz que não aumentará gastos públicos para aquecer a economia

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Procuradoria eleitoral do Rio pede cassação de Castro por caso Ceperj

Caio Sartori Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187409?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187409?page=1§ion=1>

IPVA 2023: cobrança começa em março



Luana Pedra, Rafael Arruda e Renata Galdino

O governo de Minas Gerais definiu o mês de março como data de início da cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) do ano de 2023. Procurada pela reportagem do Estado de Minas, a Secretaria de Estado de Fazenda (SEF-MG) afirmou que detalhes como calendário, emissão de guias e valores dos **tributos** ainda serão divulgados.

"O governo de Minas Gerais informa que os pagamentos do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA 2023) têm início previsto para março. Demais detalhes, como calendário, emissão de guias e tabelas com valores, serão amplamente divulgados pela Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) em momento oportuno", diz a nota do órgão estadual.

Com a confirmação do tributo para março, Minas pode adotar um calendário similar ao de 2022. Na ocasião, os proprietários de automóveis tinham duas opções: pagar em cota única entre 21 e 25 de março (a depender do final da placa do veículo) ou dividir em três parcelas - as duas últimas vencendo entre 25 e 29 de abril e 25 e 31 de maio.

CONGELAMENTO Por causa da crise econômica provocada pela pandemia da COVID-19, o IPVA em Minas foi congelado em 2022. O projeto apresentado pelo deputado estadual Bruno Engler (à época no PRTB) contou com aprovação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). O governador Romeu Zema confirmou o aceite à proposta em 29 de dezembro de 2021 com o argumento de que era preciso "amenizar os efeitos da crise no bolso dos mineiros".

Com a sanção de Zema, os proprietários de veículos desembolsaram em 2022 a mesma quantia destinada ao IPVA de 2021. A ALMG se mobilizou na apreciação do projeto em meio à valorização de carros seminovos

e usados na tabela Fipe, com aumento médio de 22,81% durante a pandemia do coronavírus.

Além disso, os contribuintes tiveram uma espécie de respiro com a mudança do vencimento para março (cota única), abril e maio (segunda e terceira parcelas). Em anos anteriores, o IPVA era recolhido a partir de janeiro, juntamente com outras obrigações como IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e aquisição de material escolar para os filhos.

PERCENTUAIS A alíquota do IPVA em Minas varia de 1% a 4% sobre o valor do veículo. Para automóveis novos, a base de cálculo é o preço que consta no documento fiscal. Para usados, leva-se em conta o preço médio do mercado no fim do ano anterior ao da cobrança. Desde 2008, a tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) é tomada como referência.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/15/12/2022/p1>

ALÍQUOTAS

4%

Automóveis, veículos de uso misto e utilitários, caminhonetes cabine estendida e dupla

3%

Caminhonetes de carga (picapes) e furgões

2%

Automóveis, veículos de uso misto e utilitários com autorização para transporte público (ex: táxi, escolar) comprovado mediante registro no órgão de trânsito na categoria aluguel

2%

Motocicletas e similares

1%

Veículos de locadoras (pessoa jurídica)

1%

Ônibus, micro-ônibus, caminhão, caminhão trator

A Sefaz-MG oferece desconto de 3% aos contribuintes que se mantiverem regulares por dois anos consecutivos. Além disso, há dedução de 3% para quem optar pela cota única. É possível ser contemplado com os dois benefícios, totalizando uma queda de 6%

SEU BOLSO

Fazenda ainda não definiu detalhes como emissão de guias e valores do tributo, mas formato deve ser similar ao de 2022

IPVA 2023: cobrança começa em março

RAMON LISBOA/EM/D.A PRESS - 21/11/22



Em 2021, Romeu Zema havia sancionado lei que congelava os valores do IPVA de 2022 por causa da pandemia da COVID-19

LUANA PEDRA, RAFAEL ARRUDA
E RENATA GALDINO

O governo de Minas Gerais definiu o mês de março como data de início da cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) do ano de 2023. Procurada pela reportagem do Estado de Minas, a Secretaria de Estado de Fazenda (SEF-MG) afirmou que detalhes como calendário, emissão de guias e valores dos tributos ainda serão divulgados.

“O governo de Minas Gerais informa que os pagamentos do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA 2023) têm início previsto para março. Demais detalhes, como calendário, emissão de guias e tabelas com valores, serão amplamente divulgados pela Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) em momento oportuno”, diz a nota do órgão estadual.

Com a confirmação do tributo para março, Minas pode ado-

tar um calendário similar ao de 2022. Na ocasião, os proprietários de automóveis tinham duas opções: pagar em cota única entre 21 e 25 de março (a depender do final da placa do veículo) ou dividir em três parcelas – as duas últimas vencendo entre 25 e 29 de abril e 25 e 31 de maio.

CONGELAMENTO Por causa da crise econômica provocada pela pandemia da COVID-19, o IPVA em Minas foi congelado em 2022. O projeto apresentado pelo deputado estadual Bruno Engler (à época no PRTB) contou com aprovação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). O governador Romeu Zema confirmou o aceite à proposta em 29 de dezembro de 2021 com o argumento de que era preciso “amenizar os efeitos da crise no bolso dos mineiros”.

Com a sanção de Zema, os proprietários de veículos desembolsaram em 2022 a mesma quantia destinada ao IPVA de

2021. A ALMG se mobilizou na apreciação do projeto em meio à valorização de carros seminovos e usados na tabela Fipe, com aumento médio de 22,81% durante a pandemia do coronavírus.

Além disso, os contribuintes tiveram uma espécie de respiro com a mudança do vencimento para março (cota única), abril e maio (segunda e terceira parcelas). Em anos anteriores, o IPVA era recolhido a partir de janeiro, juntamente com outras obrigações como IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e aquisição de material escolar para os filhos.

PERCENTUAIS A alíquota do IPVA em Minas varia de 1% a 4% sobre o valor do veículo. Para automóveis novos, a base de cálculo é o preço que consta no documento fiscal. Para usados, leva-se em conta o preço médio do mercado no fim do ano anterior ao da cobrança. Desde 2008, a tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) é tomada como referência.

ALÍQUOTAS

4%

Automóveis, veículos de uso misto e utilitários, caminhonetes cabine estendida e dupla

3%

Caminhonetes de carga (picapes) e furgões

2%

Automóveis, veículos de uso misto e utilitários com autorização para transporte público (ex: táxi, escolar) comprovado mediante registro no órgão de trânsito na categoria aluguel

2%

Motocicletas e similares

1%

Veículos de locadoras (pessoa jurídica)

1%

Ônibus, micro-ônibus, caminhão, caminhão trator

A Sefaz-MG oferece desconto de 3% aos contribuintes que se mantiverem regulares por dois anos consecutivos. Além disso, há dedução de 3% para quem optar pela cota única. É possível ser contemplado com os dois benefícios, totalizando uma queda de 6%

Vamos falar sobre o Estado? - CRISTIANO ROMERO

CRISTIANO ROMERO

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187409?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187409?page=1§ion=1>

Mesmo subestimada receita não acomoda gasto, dizem analistas

Anaís Fernandes De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187409?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187409?page=1§ion=1>

No Meio Ambiente, criação de novo órgão gera impasse

Daniela Chiaretti De Montreal (Canadá)

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187409?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187409?page=1§ion=1>

PEC da Transição não deveria ser mais do que uma PEC de transição (Artigo)



REGINALDO NOGUEIRA Ph.D em economia e diretor-geral do Ibmecc SP e DF

A proposta da PEC da Transição conforme aprovada pelo Senado Federal é um retrocesso econômico e institucional. A proposta orçamentária inicial considerava R\$ 105 bilhões para a manutenção do auxílio Brasil em R\$ 400 e seriam necessários cerca de R\$ 70 bilhões para elevar a R\$ 600, conforme promessas feitas por ambas as campanhas durante o processo eleitoral.

Assim, se a PEC encaminhasse algo próximo a R\$ 70 bilhões fora do Teto dos Gastos em 2023, seria absolutamente razoável e esperado, sem grandes efeitos sobre os humores do mercado. Seguindo essa linha, o novo governo teria espaço para manter a promessa de manutenção do programa vigente de transferência de renda, ao mesmo tempo que poderia propor mudanças mais profundas ao longo do próximo ano, de forma a abrir espaço no orçamento de 2024. Mas não foi essa a proposta aprovada.

Nos atuais termos, a PEC é um pedido antecipado ao Congresso Nacional para que o país volte a ter déficits primários em 2023 e 2024. Não é de estranhar que o mercado tenha encarado como uma sinalização de irresponsabilidade fiscal prévia do governo eleito.

Resultados fiscais de outubro apontam um superávit

primário acumulado em 12 meses de 1,8% do PIB, ou aproximadamente R\$ 170 bilhões. Logo, a PEC da Transição por si só já zera esse superávit. Dado que a dívida pública está ao redor de 77% do PIB, é natural que qualquer movimento que aponte em direção oposta à consolidação fiscal seja recebido com ceticismo e muito mau humor.

Para tornar tudo mais difícil, o texto da PEC cita a MMT (Modern Monetary Theory), uma teoria que sugere que países que emitem a própria moeda não precisam se preocupar com a dívida pública, pois ela sempre poderá ser paga a partir de mais emissão monetária. Essa teoria ignora décadas de evolução da teoria macroeconômica (pelo menos desde os anos 1970), e pode jogar um país em rota de alta inflação.

Mas, indo além, como agora o nosso Banco Central é independente por lei e não é obrigado a acomodar a política de expansão de gastos, temos claramente sinalização de políticas contraditórias. Nosso risco de curto prazo é vislumbrar uma política fiscal expansionista conjugada com uma política monetária contracionista. E o resultado dessa combinação deve ser taxa de juros mais altas.

Esse ponto é que não podemos ignorar: o risco de que essas sinalizações e movimentações econômicas nos coloquem com juros mais altos por muito tempo. A lógica econômica que parece guiar o governo que assume é de um keynesianismo otimista, que acredita que o gasto autônomo do governo encontrará um grande multiplicador do PIB. Todavia, em uma economia altamente endividada como a brasileira, a literatura empírica é clara ao mostrar que não faz sentido esperar que esse seja o caso.

Isso pelo fato de que o aumento da despesa autônoma do governo vai pressionar a taxa de juros, reduzindo o investimento privado. Indo além, o próprio histórico brasileiro sugere que, com a ampliação do déficit público, devemos observar um crescimento do déficit em conta corrente, por meio de valorização do câmbio real, também reduzindo o efeito multiplicador do gasto público.

Rediscutir o arcabouço fiscal brasileiro não é tabu, mas deve ser feito de maneira responsável e equilibrada. Em especial, isso deveria passar também pela avaliação de desonerações, regimes tributários e

subsídios. Mas isso não pode ser feito em algumas semanas antes de um novo Congresso e governo assumirem. Ao trazer para a PEC da Transição não apenas a travessia de 2023, mas uma ampliação agressiva de gastos por dois anos, o governo eleito atropela o processo e gera turbulências econômicas desnecessárias.

Haddad teve participação crescente na discussão da PEC



O futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT) Uslei Marcolino - 13.dez.22/Reuters

Alexa Salomão Idiana Tomazelli

Com a missão de preservar na Câmara o prazo e os valores aprovados pelos senadores para os gastos extras no ano que vem, o futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, envolveu-se pessoalmente na negociação com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

O texto da PEC (proposta de emenda à Constituição) da Gastança aprovado no Senado amplia em R\$ 168 bilhões anuais o Orçamento do governo eleito de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2023 e 2024, além de abrir caminho para outras possibilidades de gastos. Deputados pressionam por uma redução dos atuais dois anos para apenas um ano para a possibilidade de Orçamento ampliado e por um corte de cerca de R\$ 10 bilhões no valor permitido fora do teto de gastos.

Desde que ingressou no grupo de transição da economia, no final de novembro, Haddad vem acompanhando a tramitação do texto. Sua participação nas negociações foi crescente, até chegar à discussão ativa de pontos centrais do texto aprovado no Senado.

Nos debates com a Câmara, ele já se reuniu duas vezes com Lira e uma terceira reunião é prevista. O presidente da Câmara, porém, começou a semana consultando lideranças da Casa para medir o clima em

relação ao texto.

Inicialmente, a PEC tendia a ser votada nesta quarta-feira (14). No entanto, Lira sinalizou que a votação pode ficar para a semana que vem.

Além do prazo e do total de gastos extra-teto, estão sob ameaça dos deputados trechos incluídos pelos senadores -como o dispositivo que permite que recursos esquecidos nas contas do PIS/Pasep sejam usados para bancar investimentos fora do teto de gastos -o que, segundo Haddad falou nesta quarta (14), foi um pedido feito pelo atual governo.

Segundo a Caixa Econômica Federal, eram R\$ 24,6 bilhões em cotas do PIS/Pasep que poderiam ser sacados por 10,6 milhões de pessoas na atualização feita em agosto.

Outro trecho é o que retira do teto de gastos os financiamentos de organismos internacionais, como o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), sob o argumento de que são destinados a projetos de melhoria da produtividade e da eficiência da economia, como os de infraestrutura.

Esses pontos devem ser intensamente debatidos, e deputados contrários a eles pretendem usar as chamadas emendas supressivas -em que trechos são apenas retirados, o que diminui as chances de o texto voltar ao Senado (se não houver mudança de mérito com a retirada, a proposta não precisa voltar à Casa anterior).

Com apoio de Lira, os parlamentares também querem aguardar o julgamento que trata da constitucionalidade das emendas de relator. O tema voltou a ser debatido nesta quarta no STF (Supremo Tribunal Federal). A presidente do STF, Rosa Weber, votou por vedar o uso das emendas para atender a solicitações de parlamentares ou de pessoas externas ao Congresso. A corte retomará o julgamento nesta quinta (15) com o voto do ministro André Mendonça.

Esse contexto deixa a negociação política mais intrincada na Câmara. A emenda de relator é usada como moeda de troca nas negociações políticas entre Planalto e Congresso, e o desfecho no Judiciário pode afetar a tramitação da PEC no Legislativo (já que Lula foi bastante enfático durante a campanha contra o

instrumento, o que no entender do entorno de Lira pode ter estimulado uma decisão desfavorável por parte do STF).

A participação de Haddad nas articulações da PEC veio depois do convite para o ministério feito por Lula, durante a COP 27, no Egito. Haddad diz que, na ocasião, o presidente eleito pediu que ele começasse a se inteirar das questões econômicas.

No Senado, Haddad manteve contatos constantes especialmente com o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco. No domingo (4) anterior à votação, chegou a participar de jantar na casa do senador.

Segundo interlocutores, apesar de Haddad não ter sido o protagonista da articulação da PEC, foi consultado e participou das discussões.

Um dos pontos decisivos que contou com a atuação de Haddad foi a inclusão de um dispositivo que obriga o governo eleito a encaminhar uma nova proposta de arcabouço fiscal até 31 de agosto de 2023.

A proposta já estava em discussão, mas, segundo pessoas envolvidas nas negociações, o dispositivo não teria entrado na versão final do texto sem o aval do futuro ministro -a quem caberá formular e propor a nova regra.

Outro item crucial foi a redução do total de gastos, que ocorreu na reta final da tramitação do texto no Senado. Haddad manteve interlocução com o ex-governador e senador eleito Wellington Dias (PT-PI) e o senador Jacques Wagner (PT-BA), que deu sinal verde para a retirada de R\$ 30 bilhões da proposta, reduzindo o valor para R\$ 145 bilhões com apoio do futuro ministro.

No último domingo (11), o futuro ministro da Fazenda estava na reunião com Lula e o relator geral do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI), para bater o martelo sobre a distribuição dos recursos liberados pela PEC entre os ministérios.

Em linhas gerais, a PEC que chegou à Câmara prevê uma expansão no teto da ordem de R\$ 145 bilhões em 2023 e 2024 para garantir o pagamento de um Auxílio Brasil (que voltará a ser chamado de Bolsa Família) de R\$ 600 e mais um adicional de R\$ 150 por criança com até seis anos, além de elevar o orçamento de várias pastas. Inicialmente, a proposta autorizava R\$ 175 bilhões em gastos extras.

O grupo de economistas já havia avisado a Haddad e a Lula que um adicional entre R\$ 135 bilhões e R\$ 150 bilhões poderia acomodar as demandas iniciais do governo, como o programa habitacional Minha Casa,

Minha Vida e o Farmácia Popular.

Nas conversas internas, Haddad demonstrou apoio à ideia de manter a "neutralidade do gasto", isto é, manter a despesa como proporção do **PIB** (Produto Interno Bruto) em patamar relativamente estável em relação ao observado em 2022.

A cifra de R\$ 145 bilhões cumpre esse preceito, nas avaliações da transição. Mas o texto também liberou outros R\$ 23 bilhões para investimentos fora do teto em caso de receitas extraordinárias, além de prever o uso de R\$ 24 bilhões do PIS/Pasep para investimentos, e de tirar do teto gastos de instituições públicas de ensino bancados por receita própria e doações para a área ambiental que passam pelo Executivo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50126>

EUA reduzem ritmo de aumento nos juros



O presidente do Fed, Jerome Powell, em monitores na Bolsa de Valores de NY, cujo índice Dow Jones fechou nesta quarta (14) em queda de 0,4%. Andrew Helly/Reuters

Clayton Castalani

Com o alívio na **inflação**, o Fed (Federal Reserve) desacelerou o ritmo de alta de juros, conforme o esperado. Nesta quarta-feira (14), o banco central americano elevou a sua taxa de juros pela sétima vez em 2022, mas em 0,50 ponto percentual, ante aumentos de 0,75 ponto nas quatro reuniões anteriores. A taxa de referência avançou para um patamar entre 4,25% e 4,5% ao ano.

A alta menos agressiva dos juros confirma a expectativa de que os integrantes do Fome, sigla para o comitê de mercado aberto do Fed, consideram que o aperto ao crédito está alcançando o propósito de frear a alta nos preços.

Desde que iniciou o atual ciclo de elevação dos juros no início deste ano, esta é a primeira vez que o Fome opta por um acréscimo inferior ao dado na reunião imediatamente anterior. Antes das quatro altas de 0,75 ponto, o comitê havia aplicado um aumento de 0,25 ponto, em março, e de 0,50, em maio.

"O anúncio marca uma desaceleração no aumento de juros nos EUA", comentou Celso Pereira, diretor de Investimentos da Nomad.

"Dentre os fatores que embasaram um aumento mais ameno dos juros estão a desaceleração da **inflação** em novembro nos E UA e o receio de uma recessão na maior economia do mundo em 2023."

Na véspera, a pesquisa mensal do governo mostrou que a **inflação** registrada em novembro no país ficou abaixo do esperado. Houve aumento médio de 0,1% nos preços, abaixo da previsão de 0,3% esperada por economistas.

Nos 12 meses até novembro, o índice subiu 7,1%, menor taxa desde dezembro de 2021, mostrando desaceleração em relação ao aumento de 7,7% visto

em outubro.

Na avaliação de Beto Saadia, economista e sócio da BRA BS, o CPI, o índice de **inflação** ao consumidor americano, deixou mercados otimistas para uma postura mais leniente do Fed. Mas ele alerta para o fato de que ainda faltam duas condições fundamentais para declarar vitória no combate à **inflação**.

"A primeira delas é que a convergência da **inflação** deve ser ancorada na meta de 2%, que ainda é muito além do atual. A segunda é o grande vilão da **inflação** que continua não mostrando sinais de que foi derrotado: o mercado de trabalho ainda muito apertado", disse.

"Há mais vagas de emprego do que trabalhadores disponíveis, resultando em **inflação** de salários que pode em algum momento acelerar novamente a **inflação** de bens e serviços", completou Saadia.

Uma menor pressão inflacionária aumenta as chances de que o Federal Reserve continue a diminuir o ritmo de alta dos juros, a exemplo do que fez nesta reunião, trazendo alívio para os mercado de ações, que passam a enfrentar menor concorrência da renda fixa americana.

Nos EUA, os principais indicadores do mercado de ações fecharam em baixa, depois de terem avançado por quase todo o dia ainda embalados pelos dados de **inflação** abaixo do esperado na véspera.

O S P 500 caiu 0,61%. Os índices Nasdaq e Dow Jones perderam 0,76% e 0,42%, respectivamente.

A ausência de sinais no **comunicado** do Fed de que o fim do ciclo de alta dos juros poderá chegar em breve devolveu preocupações aos investidores, segundo Camila Abdelmalack, economista-chefe da Veedha Investimentos.

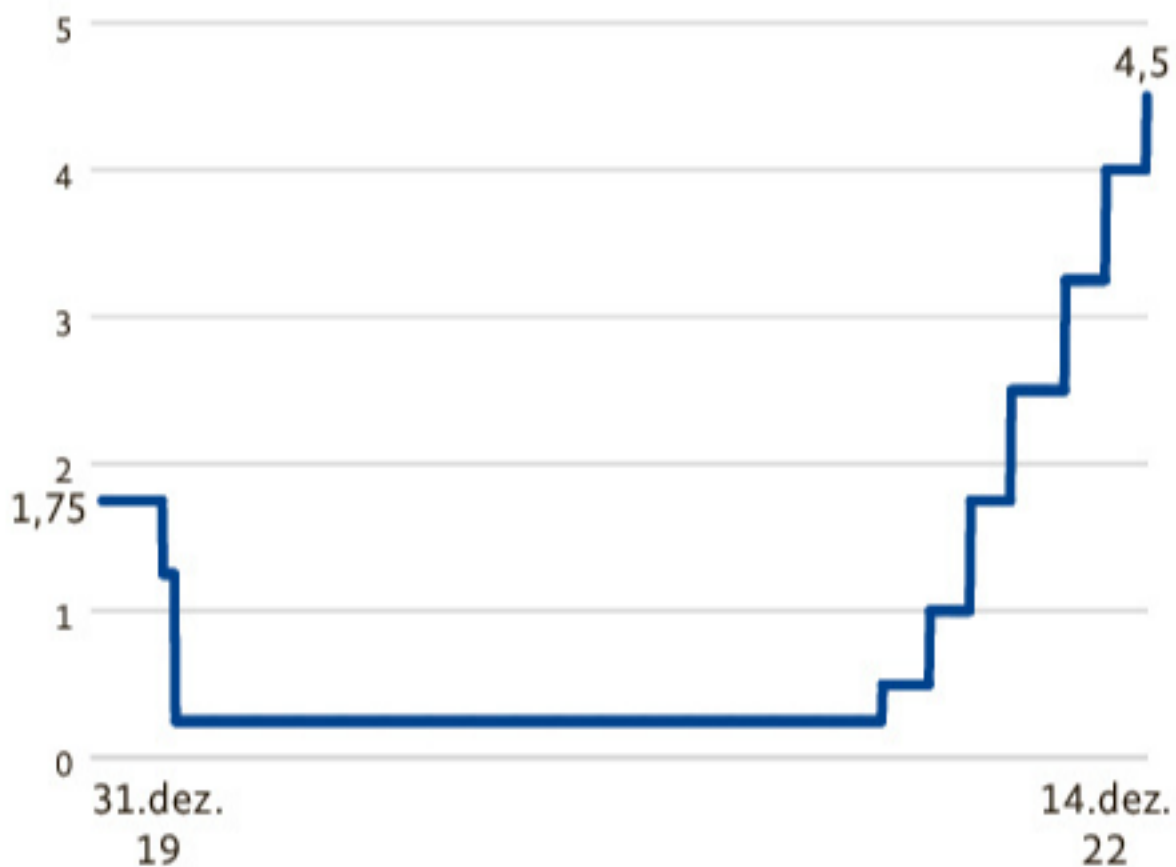
"Apesar de a alta vir de acordo com o esperado, eles não sinalizaram qual será o próximo passo e se já estão próximos do fim do ciclo de elevação de juros", disse.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50126>

Fed desacelera alta dos juros pela primeira vez desde o início do aperto monetário

Evolução da taxa alvo do Federal Reserve, em %



Fonte: Bloomberg

Estado de SP autoriza aumento de mais de 10% nos pedágios



Praça na Rodovia Castelo Branco; tarifa mais cara continua a ser da Anchieta-Imigrantes, de R\$ 33,80
JOSÉ MARIA TOMAZELA SOROCABA

O governador Rodrigo Garcia (PSDB) autorizou um aumento de mais de 10% nos preços dos pedágios, que passa a vigorar a partir da zero hora desta sexta-feira nas rodovias paulistas. Os novos valores constam de planilhas publicadas no Diário Oficial do Estado ontem. No dia 30 de junho deste ano, véspera de vigorar o aumento previsto em contrato, o governador, então pré-candidato tucano à reeleição, havia anunciado o congelamento dos pedágios, "para conter a alta desenfreada dos preços, principalmente dos combustíveis".

O aumento varia de 10,72% a 11,73%, dependendo do indexador previsto no contrato de concessão, e vale para as 18 concessionárias de rodovias paulistas. Quem for pegar estrada para viajar de férias ou para as festas de fim de ano já deve incluir no cálculo dos custos o pedágio mais caro. A Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp) informou que o reajuste visa à reposição das perdas inflacionárias ocorridas no período de 12 meses - entre junho de 2021 e maio de 2022.

O aumento atinge os pedágios administrados pelas concessionárias CCR Autoban, AB Colinas, Ecovias, Intervias, Re-novias, CCR SPVias, Tebe, AB Triângulo do Sol, CCR ViaOeste, CART, Ecopistas, CCR Rodoanel, Rodovias do Tietê, Rota das Bandeiras, SPMar, Via-Rondon, Tamoios e Entrevias. Com o reajuste, os pedágios das rodovias concedidas no Sistema Anchieta-Imigrantes, que têm a tarifa mais cara, passam a custar R\$ 33,80. Já as tarifas mais baratas, do Rodoanel Leste, passam a ser de R\$ 3,30.

ACORDO. Depois que o governador anunciou o congelamento das tarifas, em junho, a Associação

Brasileira de Concessões Rodoviárias (ABCR) divulgou nota manifestando "grave preocupação com a adoção da medida anunciada, em um momento crítico, no qual as empresas ainda enfrentam os efeitos econômicos da covid-19 e o aumento expressivo do preço de insumos". No dia 10 de julho, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (T-CE) deu prazo de dez dias para que o governo estadual prestasse esclarecimentos sobre a suspensão do reajuste e informasse sobre os fundamentos da decisão. No mês seguinte, o governo de São Paulo assinou contrato com as concessionárias se comprometendo a reajustar os pedágios até 16 de dezembro (após as eleições).

Conforme a Artesp, o aumento está previsto expressamente nos contratos de concessão. "O reajuste era previsto inicialmente para julho, mas foi adiado pelo governo do Estado por causa da sensível conjuntura econômica existente na ocasião, com alta **inflação** e alta desenfreada dos preços, em especial de combustíveis", disse, em nota.

.....

Helicóptero cai e deixa quatro turistas feridos no Rio de Janeiro

Um helicóptero com quatro turistas caiu em um terreno baldio no Recreio dos Bandeirantes, zona oeste do Rio, na manhã de ontem. Os passageiros foram internados em um hospital com quadro “estável”, segundo a unidade de saúde. O piloto não precisou ser internado.

O Corpo de Bombeiros do Rio informou que a aeronave caiu na Avenida das Américas, na altura do número

13.750, e a corporação foi chamada pouco antes das 11h. Militares foram ao local, onde prestaram os primeiros socorros às vítimas. Em seguida, os passageiros – que seriam um casal argentino e outro norte-americano – foram encaminhados ao Hospital Municipal Lourenço Jorge, na Barra da Tijuca (zona oeste). A Aeronáutica vai investigar o que causou o acidente. O piloto teria relatado uma falha mecânica na aeronave, que segundo os bombeiros pertence a uma empresa de táxi aéreo que oferece voos panorâmicos. ●

A derrapagem da economia (Editorial)

O Brasil ingressou no trimestre final do ano com a economia enfraquecida, depois de haver avançado, segundo o Banco Central (BC), 1,36% no período de julho a setembro. Um recuo mensal de 0,05% em outubro foi apontado pelo Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br), uma espécie de prévia mensal do Produto Interno Bruto (**PIB**). Em setembro os negócios haviam ficado estáveis, depois de uma queda de 1,13% em agosto. Perceptível, portanto, já há alguns meses, essa perda de vigor deve ser atribuível principalmente à política anti-inflacionária baseada na alta de juros e no arrocho do crédito.

Em sua última reunião deste ano, realizada no começo de dezembro, o Copom, Comitê de Política Monetária do BC, decidiu manter em 13,75% a taxa básica de juros e prolongar o aperto por tempo indefinido.

Apesar de algum recuo, a **inflação** permanece elevada no Brasil e no exterior e ainda há muita incerteza sobre a evolução das contas públicas, de acordo com o Copom.

A atividade cresceu 0,44% no trimestre móvel encerrado em outubro, depois de ter aumentado 1,36% nos três meses até setembro. Também isso evidencia a perda de vigor econômico. No ano, o desempenho da economia foi 3,41% superior ao do período de janeiro a outubro de 2021. Em 12 meses o IBC-Br avançou 3,13% em relação à fase imediatamente anterior.

Pela projeção do BC divulgada em setembro, a economia brasileira deve crescer 2,70% em 2022. No mercado, a mediana das projeções subiu em quatro semanas de 2,77% para 3,05%, de acordo com o boletim Focus divulgado na última segunda-feira. Os últimos dados do IBC-Br parecem corroborar essas expectativas. Nem as ações eleitorais do presidente Jair Bolsonaro parecem ter alterado de forma significativa os gastos de consumo neste bimestre final.

Endividadas, pressionadas pela **inflação** e ainda forçadas a enfrentar condições de trabalho muito desfavoráveis, as famílias continuam sobrevivendo sem folga no orçamento.

Os números do IBC-Br são apresentados sem detalhes setoriais. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram em outubro um recuo de 0,60% do setor de serviços, o componente de maior peso na formação do **PIB**.

Mostram também um avanço de 0,30% da produção industrial, puxado por apenas 7 dos 26 segmentos pesquisados.

Apesar da perda mensal de 0,3%, os serviços acumularam expansão de 8,7% no ano, em comparação com igual período de 2021, e um avanço de 9% em 12 meses. No caso da indústria, o resultado mensal positivo foi insuficiente para mudar o quadro de estagnação. O volume produzido de janeiro a outubro foi 0,80% menor que o de um ano antes. O total contabilizado em 12 meses foi 1,40% inferior ao dos 12 meses anteriores. Além disso, o último dado mostrou uma atividade industrial 2,10% abaixo do patamar de fevereiro de 2020, último mês antes do surto de covid-19 no Brasil. A indústria já ia mal antes da pandemia, piorou, e nada se fez, em Brasília, para sua recuperação - uma tarefa deixada inteiramente, portanto, para o próximo governo.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Fed desacelera ritmo da subida dos juros nos EUA

Com um aumento de 0,5 ponto porcentual em seu último encontro do ano, ontem, o Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) desacelerou o ritmo do aperto monetário nos Estados Unidos. Porém, o presidente do Fed, Jerome Powell, declarou que ainda são necessárias mais evidências de que a **inflação** está a caminho de baixa para que o banco considere mudar sua política monetária - e não descarta voltar a subir o juro. Powell também ressaltou que, apesar da **inflação** ainda elevada, as expectativas de longo prazo permanecem estáveis. A moderação vem na sequência de quatro subidas consecutivas de 75 pontos-base (0,75 ponto porcentual), uma vez que a disparada de preços obrigou o Fed a apertar as condições financeiras do país no processo mais rápido em quatro décadas. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ataque a Lei das Estatais revela desdém por regras (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Fed reduz ritmo de alta e eleva juros em 0,5 ponto

VITOR DA COSTA vitor.santos@oglobo.com.br

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Inflação castiga menos alta e baixa renda, mostra Ipea

Lucianne Carneiro Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187409?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187409?page=1§ion=1>

STF forma maioria para acordo de ICMS com União

Luísa Martins e Isadora Peron De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187409?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187409?page=1§ion=1>

As causas da inflação estão superadas? Entenda (Artigo)

POR PAULO GALA*

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187409?page=1§ion=1>

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - RJ
As causas da inflação estão superadas? Entenda

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187409?page=1§ion=1>

Protestos podem reduzir PIB do Peru em 0,2 pp neste ano

Roberto Lameirinhas De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187409?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187409?page=1§ion=1>

Simpar prevê expansão em 2023 e mira rentabilidade

Taís Hirata De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/impresso>